

O capital e a universidade pública

A questão do caráter da universidade, em particular da USP, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, se ela é pública ou autônoma, ou se ela é privatizada e subordinada aos interesses dos proprietários e administradores capitalistas, precisa ser colocada numa perspectiva teórica. Para tanto, de modo introdutório, vou começar citando um autor representativo da cultura gerencial pós-moderna, Peter Drucker:

Em seu livro “*Sociedade Pós-Capitalista*” ele diz:

“Mas o centro de gravidade da sociedade pós-capitalista – sua estrutura, sua dinâmica social e econômica, suas classes sociais e seus problemas sociais – é diferente daquele que dominou os últimos duzentos e cinquenta anos e definiu as questões ao redor das quais se cristalizaram os partidos políticos, grupos e sistemas de valores sociais e compromissos pessoais e políticos.

O recurso econômico básico – “os meios de produção”, para usar uma expressão dos economistas – não é mais o capital, nem os recursos naturais (a “terra” dos economistas), nem a “mão-de-obra”. Ele é o conhecimento. As atividades centrais de criação de riqueza não serão nem a alocação de capital para usos produtivos, nem a “mão-de-obra” – os dois pólos da teoria econômica dos séculos dezenove e vinte, quer ela seja clássica, marxista, keynesiana ou neoclássica. Hoje o valor é criado pela “produtividade” e pela “inovação”, que são aplicações dos conhecimentos ao trabalho”.

Drucker examina nesse livro a transformação da produção baseada em sistemas de máquinas para a produção baseada em “sistemas inteligentes”, assim como os seus impactos econômicos, sociais e políticos. Ele confunde capital que é valor – valor que se valoriza – com os meios de produção característicos da grande indústria (ou seja, com as máquinas, os equipamentos, as fábricas) e, em face da perda de importância desses suportes materiais das formas do capital, “descobre” que o capitalismo se transformou em pós-capitalismo. De um modo caracteristicamente superficial, ele não vê que a ciência e a tecnologia também podem assumir a condição de formas do capital e que, quando isto acontece e se torna predominante historicamente, é também engendrada uma nova forma de subordinação do trabalho. De qualquer maneira, ele aponta para a emergência histórica de uma mutação no capitalismo.

Em seu encantamento com o novo papel da ciência e da tecnologia na produção de riqueza, Drucker parece ignorar que tal emergência foi prevista por Marx – um autor que ele não cansa, obstinadamente, de anunciar a morte – há cerca de 150 anos atrás.

No “*Borrador*” de 1857-1858, ele escreveu:

“O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, a posição do trabalho social na forma de antítese entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O pressuposto desta produção é, e segue sendo, a massa de tempo de trabalho imediato, a quantidade de trabalho usada como fator decisivo na produção da riqueza. Todavia, na medida em que a

grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho usado, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia não mantém nenhuma relação como o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção.”

A introdução feita até aqui e as citações nela contidas afiguram-se importantes para tratar da questão do caráter da universidade na sociedade atual, pois a universidade ainda é, por excelência, o lugar onde são gerados os conhecimentos, a ciência e a cultura, necessários para o desenvolvimento social como um todo. E isto continua sendo verdade mesmo se a geração de tecnologias por parte das próprias empresas capitalistas vem se tornando cada vez mais importante. Ora, isto vem acontecendo justamente porque as tecnologias de produção e de administração do sistema produtivo tornaram-se uma forma importante da relação de capital. Marx denominava de “intelecto geral” todo esse complexo de conhecimentos científicos e tecnológicos que hoje informa e potencializa a produção e, como foi visto, indicou com precisão que ele viria a ser tornar “o fator decisivo na produção da riqueza” em detrimento do trabalho despido de espiritualidade.

É possível, pois, ver porque a universidade se tornou um lugar de disputa entre os interesses particulares capitalistas e os interesses universais do desenvolvimento humano e social. A universidade produz – e isto é verdade pelo menos no último século – recursos científicos e tecnológicos, informação, conhecimento codificado pela linguagem, força de trabalho capacitada, os quais são cruciais para a produção. Entretanto, se antes uma parte importante desses recursos podiam e deviam ser gerados como bens públicos e postos à disposição do desenvolvimento social em geral (inclusive, para os capitais particulares), agora, e de modo predominante, eles têm de ser gerados como bens privados ou como bens que podem ser controlados e apropriados privadamente pela empresa capitalista. Pois, a privatização do conhecimento tornou-se uma condição para a obtenção de lucros. Se antes a matéria por excelência do capital era o sistema de máquinas que incorporava aplicações da ciência, agora a sua matéria mais importante tornou-se o próprio “intelecto geral”. E isto se expressa no fato de que direitos de propriedade intelectual, os quais conferem a forma de capital à matéria “conhecimento”, venham se tornando uma fonte de apropriação de renda cada vez mais importante no capitalismo.

Mas a universidade não produz apenas recursos para a produção, produz também cultura científica, artística e histórica, algo livre flutuante na sociedade, que não gera lucros para os capitalistas. Mais do que isso, ela origina a crítica social e política que, eventualmente, contraria os interesses dos detentores de poder, sejam eles econômicos, sociais ou políticos. Ora, tal produção que é fonte de cidadania e eticidade, por um lado, compete com a produção economicamente rentável pelo emprego das competências intelectuais e dos recursos materiais existentes na universidade e, assim, pode se tornar malvista. Por outro, ela passa a ser enxergada como empecilho para uma preponderância material e ideológica dos interesses capitalistas ou daqueles que apenas desejam servir aos deuses do mercado. Este problema é mais antigo, mas ele se agrava quando a economia capitalista passa a estar fundada no conhecimento científico e tecnológico.

Uma análise mais profunda do caráter da universidade nas condições atuais e dos dilemas que ela enfrenta requer que seja bem compreendida a mudança que ocorre na forma da subsunção

do trabalho ao capital quando a chamada grande indústria (predominante no século XIX e nos três primeiros quartéis do século XX) é substituída pela pós-grande indústria (nome que se dá ao modo de produzir que começou a se tornar importante a partir dos anos 70 do século passado).

Na grande indústria, a subsunção do trabalho ao capital é dita formal (porque se verifica por meio da relação contratual entre o capitalista e o trabalhador assalariado) e material (porque toda a ação de trabalhar é administrada pelo sistema de fábrica capitalista e não pelos próprios trabalhadores). Se na manufatura, o processo de trabalho era ainda artesanal, dependente do mundo da vida do trabalhador, agora ele é transformado em sua natureza para se conformar às necessidades objetivas do processo de valorização do capital. O aparecimento das máquinas ferramentas rouba do trabalhador o controle do processo de trabalho. A divisão de trabalho deixa de estar governada por princípios subjetivos para passar a ser regida por uma lógica objetiva inerente ao próprio sistema de produção baseado em máquinas. Antes, o trabalhador empregava os instrumentos de trabalho, agora ele é empregado pelos meios de trabalho. A produtividade cresce rapidamente. A produção passa a se dar em grande escala; as forças produtivas atingem alto grau de socialização; a produção pela produção torna-se condição necessária do prosseguimento da produção.

A subsunção do trabalho ao capital na grande indústria reproduz-se por meio de uma contínua revolução dos processos de trabalho com base, principalmente, na adoção e difusão de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho. Essas inovações permitem a redução dos preços e a obtenção de mais lucro. Conforme o tempo passa, o processo produtivo torna-se cada vez mais moldado pela aplicação consciente dos conhecimentos científicos. Estes últimos são apropriados pelo capital e aplicados na construção de sistemas automatizados, compostos por muitas máquinas coordenadas, que funcionam sob a administração do capitalista. Os trabalhadores são separados da tecnologia e rebaixados, tornando-se meros elementos conscientes de autômatos inconscientes, os quais têm vida própria porque estão animados pelo processo de autovalorização. Dito de outro modo, eles se transformam em "apêndices das máquinas".

Na pós-grande indústria, o grau de aplicação da ciência na produção e na organização da produção atinge tal grau que o trabalho empregado pelas máquinas começa a desaparecer; agora, ele deixa de ser trabalho de servidão para se tornar trabalho de supervisão. Na grande indústria, o trabalho deixa de depender da subjetividade dos trabalhadores e a máquina incorpora a ciência e a tecnologia em seu corpo material. Assim, "o capital se apropria da ciência e cria autômatos". Já na pós-grande indústria, o domínio dos processos naturais e artificiais ocorre por meio de sistemas inteligentes, que estão instalados dentro e fora das máquinas, ou seja, em redes informacionais que envolvem muitos trabalhadores. Os conhecimentos que movem a produção encontram-se, pois, em parte dentro das cabeças dos trabalhadores e em parte nas próprias máquinas, as quais não funcionam sem eles. Em consequência da própria natureza desse modo de produzir, o processo de trabalho volta a requerer um empenho subjetivo do trabalhador. Pois, os trabalhadores passam a pôr em prática, no tempo de trabalho, conhecimentos que são adquiridos fora desse tempo e que lhes pertencem. Por isso mesmo, agora, a subsunção do trabalho ao capital torna-se intelectual.

Com a pós-grande indústria tende a desaparecer a subsunção material característica da grande indústria, mas tem continuidade a subsunção formal do trabalho ao capital, pois o trabalhador vende ainda a sua força de trabalho para o capitalista que dela retira trabalho (como

se sabe, o trabalho é o valor de uso da força de trabalho). O tempo de trabalho é agora, entretanto, um tempo qualitativamente diferenciado que não pode ser controlado apenas pelo relógio. Em razão mesmo dessa mudança do modo de trabalhar, o capital tem de passar a comandar não apenas o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho que se torna menos e menos tempo livre. Já na fase dita fordista da grande indústria, o capital passara a controlar o trabalhador também enquanto consumidor, desenvolvendo a chamada indústria cultural. Agora, ele tem de passar a controlar o trabalhador não apenas como trabalhador e consumidor, mas também como político, religioso, profissional, etc., de um modo que tende a ser total. Nessa perspectiva faz sentido pensar, com Foucault, que estamos assistindo o advento da sociedade do controle, ou seja, "uma forma de poder que unifica e envolve todos os elementos da vida social". Dito de outro modo, o capitalismo baseado no conhecimento requer necessariamente um poder totalizador.

Em resumo, como foi visto, nesse novo capitalismo, o capital tem de passar a dominar e a controlar a produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos, seja por meio da criação de departamentos de pesquisa nas próprias empresas, seja criando empresas especializadas de pesquisa. Mas isto não é suficiente. Ele tem de subordinar as universidades e os centros de investigação independentes, por meio do controle direto ou indireto das verbas de pesquisa privadas e públicas, assim como do controle ideológico e político dos próprios pesquisadores (por exemplo, sob o nome de uma adequada política de incentivos). Nesse processo, não só as atividades científicas e tecnológicas, mas também muitas outras atividades criadoras de subjetividade e geradoras de cultura são incorporadas à produção capitalista. O capital não precisa hoje apenas da propriedade privada dos meios de produção, ele requer a privatização de recursos que tem o caráter de bens públicos. O conhecimento humano sobre os processos naturais e sociais é mais ambicioso do que nunca; mais do que nunca, entretanto, o homem e a sociedade têm de servir ao modo infinito de desenvolvimento da economia.

A dominação capitalista tem de se tornar total também porque passa a dominar os sistemas de informação. Em primeiro lugar, observa-se a tendência para obter controle dos sistemas operacionais que dão "vida" aos computadores e, por esse meio, dos sistemas produtivos em geral que deles dependem para funcionar. Verifica-se, também, o esforço para controlar a biotecnologia e, assim, a produção de alimentos e remédios no mundo desenvolvido e subdesenvolvido. Busca-se implementar, inclusive, o controle das pessoas por meio da criação de bancos gigantes de dados que encerram toda a informação relevante sobre as suas vidas, o que leva ao estado policial. Pois, como se sabe, o sistema é excludente e não apresenta qualquer perspectiva de uma vida digna para bilhões de seres humanos, muitos dos quais podem cair no crime organizado e no terrorismo. É no combate à anomia generalizada e à violência irracional gerada pelo próprio sistema que surgem as razões para que o Estado se torne totalitário (conforme Agamben, isto ocorre quando, por meio do estado de exceção, é instaurada uma guerra civil legal).

A subsunção intelectual do trabalho ao capital dentro e fora do lugar de trabalho e, assim, da pessoa enquanto ser vivo e pensante, gera uma sociedade altamente esquizofrênica. Pois, do ponto de vista capitalista, é preciso tanto subordinar a vontade e o pensamento das pessoas quanto obter delas comprometimento voluntário e livre. Em conseqüência, por exemplo, a universidade tem de ser apresentada como o lugar da pesquisa livre e independente, mas, ao mesmo tempo, a pesquisa aí precisa estar subordinada aos negócios capitalistas. É preciso

anunciar e defender um comportamento ético, justamente para legitimar uma prática de transgressão sistemática e generalizada das tradições e normas da vida acadêmica. Num plano mais geral, o capitalismo avançado tem de se apresentar como democrático, mas a vontade popular nunca poderá prevalecer, já que o que têm de prevalecer são os imperativos econômicos e financeiros.

A questão que enseja o debate aqui proposto, ou seja, se a universidade é pública e autônoma ou se ela é privada e heterônoma, tem de ser remetida à prática, pois ela eventualmente se resolve e se soluciona na disputa social e política sobre os rumos da própria universidade. Que é, diante daquilo que foi visto, senão uma luta a favor ou contra o capitalismo enquanto tal, pelo menos é, numa visão mais imediata, uma luta a favor ou contra o neoliberalismo. Pois, este é o pensamento político atual que promove a privatização de tudo – fundos, recursos e bens públicos –, de tudo que possa ser fonte ou condição de extração de renda ou lucro.

Sou de opinião que a doutrina e prática de governança neoliberal vem ganhando de goleada no Brasil, tanto nos dois governos anteriores como no atual. No campo da educação, os projetos e as idéias neoliberais tem predominado seja no MEC seja nesta Universidade, ainda que os seus defensores prefiram aparecer como adeptos do social liberalismo, da social democracia, da terceira via ou do novo trabalhismo petista. Segundo o meu entendimento, o neoliberalismo é a doutrina segundo a qual o Estado deve ser um suporte ativo do capital e a prática de governança de fazê-lo atuar desse modo – por exemplo, privatizando os bens sociais (energia elétrica, água, comunicações, etc.) e os bens públicos (vias públicas, conhecimento científico, etc.). E é justamente isso o que diz James D. Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, quando afirma que “longe de defender o estado mínimo, os processos de desenvolvimento bem sucedidos no mundo tem mostrado que ele requer um Estado efetivo, que atua como catalisador, facilitador, encorajador e complementar das atividades dos negócios privados e individuais”. Não é essa a concepção desenvolvimento predominante nessa Faculdade, nessa Universidade e no Brasil?

Antes de terminar, gostaria de me referir às conseqüências dessa opção. Ao contrário do presidente do Banco Mundial, não vejo como ela possa ser bem sucedida. No período histórico que Hobsbawm denominou de “era da catástrofe” (entre 1914 e 1945) predominaram as forças da destruição inerente ao capitalismo; no período que ele chamou de “era de ouro” (entre 1945 e 1975), após a devastação apocalíptica da II Grande Guerra, predominaram novamente as forças da criação, as quais também são inerentes ao capitalismo; desde então vem ocorrendo o que ele chamou de desmoronamento do sistema. As perspectivas de desenvolvimento civilizado vem se turvando e uma nova era de catástrofe surge no horizonte. Ela é anunciada, nos dias de hoje, por meio de um grande espetáculo de eficiência científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, de horror e barbárie – o poder totalizador, diante dos obstáculos à sociedade da mercadoria, do dinheiro e do capital, ameaça tornar-se um poder totalitário.

Eleutério F. S. Prado
FEA, 31 de março de 2003